



O DISCURSO EMERGENTE DA LIBRAS: DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

EL DISCURSO EMERGENTE DE LIBRAS: LAS DIFICULTADES PARA LA IMPLEMENTACIÓN EN EL CONTEXTO EDUCACIONAL

Genilson de Souza Silva¹

RESUMO

Este artigo procurou investigar, por meio de pesquisas bibliográficas, no contexto da produção de conhecimentos, como a educação está voltada para os surdos na rede regular de ensino do Brasil. Com base nas informações obtidas, constatou-se que, no Brasil, a educação para surdos está debilitada e apresenta fatores que impedem a construção das competências educativas para os surdos. Em contrapartida a esses impasses enfrentados, os surdos buscam uma educação inclusiva e de boa qualidade, em seu movimento de luta e de reivindicação pelo direito de ter acesso à educação e de permanecer nela. A inclusão do sujeito surdo na rede regular de ensino, com suas especificidades, pode viabilizar um ensino que permeie o conhecimento epistemológico eficaz. Pode-se legitimar que esta pesquisa poderá contribuir para melhorar o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, seu ensino e a aprendizagem.

Palavras-chave: Libras; inclusão; ensino-aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o Sistema Educacional brasileiro passou por grandes mudanças e que, ao longo da história da educação, vigorou um caráter excludente, que desfavoreceu a grande massa popular, hoje é crucial que o ensino e a aprendizagem sejam contemplados com um olhar holístico significativo em todo o seu contexto. Na conjuntura atual, esta questão se apresenta como relevante, precisando de uma análise periódica, devido aos avanços tecnológicos do Século XXI, que está em constante mudança, com avanços cognitivos e com objetivos deliberados, que exigem a construção do conhecimento epistemológico específicos, a exemplo da comunidade surda.

¹ Pós-graduado em Ensino de Matemática pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. Graduando em Pedagogia pela Faculdade Uninter Universidade Educacional. Tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras - pelo Centro Educacional de Ensino em Libras – CEELI. E-mail: genilsonsouza22@hotmail.com.

A Libras é vista como a base relevante indispensável para o sujeito surdo, pois proporciona caráter construtivo e desencadeador do conhecimento epistêmico, com ênfase alicerçada na língua de uma comunidade. Nessa perspectiva, vale ressaltar suas grandes transformações, o que é natural, levando em conta todo o conjunto evolutivo vigente. Com todas as transformações que são inerentes a essa língua, pode-se concluir que, sem dúvida, o saber científico mudou a natureza em relação ao passado.

A relevância desta pesquisa é que ela consiste em examinar e promover o despertar da consciência de toda a comunidade educacional sobre a importância de a libras ser vista e inserida na rede regular de ensino como a primeira língua da comunidade surda. O desejo do sujeito surdo é expresso assim:

[...] aprender o português, para que possam ter acesso aos documentos oficiais que são feitos nesta língua (leis, recibos, documentos) e exercer sua cidadania; para ter acesso a informações, à literatura e aos conhecimentos científicos. Alguns, inclusive, querem aprender outras línguas. Tudo isto sem deixar de lado a sua primeira língua, a qual utilizam para significar o mundo. (QUADROS e UÉSLEI, 2006, p. 04).

Assim, é imprescindível que a libras seja difundida em todos os ambientes, uma vez que é necessária para a comunicação dos surdos e para se entender o mundo, pois não é o português que deve ser a primeira língua, mas a libras.

Alicerçado nesse contexto, como a Libras é uma língua que, historicamente, reflete um comprometimento das desenvolvimentos por requerer habilidades aguçadas, inclusive em sua escrita, necessita de mecanismos para estreitar a relação entre o conhecimento e o aluno, visando desencadear a aquisição das competências, conforme as especificidades estabelecidas pelo sistema de educação, simultaneamente aos anseios dos discentes. Esses suportes proporcionam a construção de aprendizagens de modo significativo, pois, ao propiciar a experimentação, através do uso direcionado coerentemente, contribuem para a descoberta de conceitos de aplicabilidade social.

Portanto, esta pesquisa destina-se a fazer uma análise qualitativa, por meio de um estudo de caso acerca dos desafios postos para o avanço da Libras no Sistema Educacional de Ensino Regular, como também sua referente importância, ao acervo, a disponibilidade, as formações dos profissionais da educação, quanto as metodologias direcionadas à área de libras, principalmente nas instituições públicas municipais e estaduais, que oferecem a educação básica no Brasil. Nessa perspectiva, foram elaborados previamente

questionários estruturados com alternativas múltiplas para serem assinaladas de acordo com a realidade defrontada em instituições distintas que atendem, pelo menos, a um aluno surdo na rede regular de ensino.

2 O DISCURSO HISTÓRICO SOBRE OS IMPASSES ENFRENTADOS PELOS SURDOS

“Eu não quero explicar o passado nem adivinhar o futuro. Eu só quero entender o presente” (Jorge Luiz Borges)

A história é a ciência que estuda o histórico de evolução de uma população, os impasses enfrentados, os progressos e os retrocessos, suas lutas e como se organizam no coletivo e no individual, além das transformações por que passam ao longo de sua trajetória de vida. Com o povo surdo não foi diferente. Desde a antiguidade, até os dias atuais, suas vidas têm sido rebuscadas por alguns estudiosos, na perspectiva de encontrar, em um eixo horizontal, a melhor maneira de entender sua organização social e todo o processo de transformações vivenciadas por eles e tentar valorizar, principalmente, o campo socioantropológico dessa comunidade.

Vale ressaltar que, antigamente, os surdos não eram considerados seres humanos competentes, pois não eram capazes de desenvolver a fala e de ter uma língua, portanto, eram rotulados como seres não pensantes, e se não pensavam, não eram humanos. Essa concepção bárbara e excludente prevaleceu até o Século XII.

A partir do Século XVI, na idade moderna, a visão sobre a educação de surdos tomou um olhar mais holístico e começaram a surgir os primeiros educadores de surdos. Desde então, a visão sobre o ensino tomou outro direcionamento e começaram a surgir outros estudiosos que colaboraram para que a comunidade surda fosse, pouco a pouco, conquistando espaço na vida social e educacional. Esses estudiosos/educadores dedicaram parte de suas vidas a pesquisas e ao ensino dos surdos e, sem dúvida, contribuíram para construir um aprendizado significativo. Alguns pregavam ideias parecidas, outros, totalmente contrárias, e isso causou progressos e retrocessos durante a trajetória. Porém vale ressaltar que todo esse processo, marcado por controvérsias, às vezes, frustrantes, colaborou para que essa comunidade tivesse grandes conquistas, e os impasses com que se defrontou não impediram que os surdos buscassem meios de se sobressair e de ultrapassar as barreiras (CAPOVILLA, 2000).

Antes do ano de 1750, a educação de surdos, no mundo, estava fragilizada e praticamente não existia. A maioria dos surdos não era alfabetizada, e as lacunas deixadas por essas barreiras eram devastadoras, pois não proporcionavam o aprendizado. As instituições e os trabalhos educacionais começaram a aparecer no final do Século XVIII. Antes, as tarefas eram feitas por médicos, religiosos ou gramáticos (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Abade Charles Michel L'Epée era o diretor do "Instituto para jovens surdos-mudos de Paris, mas, com a sua morte em 1789, Abbé Sicard assumiu a direção do Instituto Nacional de Surdos-mudos, onde treinou o aluno surdo Jean Massieu, primeiro professor surdo do mundo (MOURA, LODI, HARRISON, 1997). Depois que Abbé Sicard morreu, Massieu assumiu a direção do Instituto, no entanto, sua posse causou vários descontentamentos e iniciou-se uma disputa pelo poder que envolveu outros dois estudiosos da surdez do instituto. Essa disputa ocasionou o afastamento de Massieu da direção (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Com o afastamento de Massieu, Itard e Gérando disputaram a direção do Instituto. Itard era um estudioso da surdez, que dedicou grande parte de seu tempo para entender quais eram as causas da surdez. Seus métodos de intervenção eram torturantes, causavam dores, infecções e, por vezes, levavam à morte. Itard dedicou 16 anos de sua vida à oralização de surdos. Depois desse incansável tempo, rendeu-se ao fato de que a língua de sinais era o único meio de educar os surdos (MOURA, LODI, HARRISON, 1997). Gérando ganhou a disputa pelo cargo de diretor do Instituto e acreditava que a língua oral era a única maneira de educar os surdos. Em sua gestão, substituiu os professores surdos por ouvintes, e seu objetivo principal era o de oralizar.

O reverendo Thomas Hopkins Gallaudet, junto com o professor surdo do Instituto de Paris, Laurent Clerc, fundou, em 1817, a primeira escola pública para surdos nos Estados Unidos – o 'Asilo de Connecticut' para a educação e o ensino de pessoas surdas-mudas. No início, usava a língua de sinais francesa e, gradativamente, foi sendo modificada até se transformar na Língua Americana de Sinais (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Alexander Graham Bell (1846), professor surdo e inventor do telefone, na tentativa de criar um acessório para surdos, defendia o oralismo e acreditava que a educação de surdos deveria acontecer nas salas de aula, junto com os alunos ouvintes.

Acredita-se que ele foi considerado o mais temido inimigo dos surdos americanos (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Eduardo Huet, um ex-aluno surdo do Instituto de Paris, trouxe o alfabeto manual francês e a língua francesa de sinais para o Brasil. Fundou o Imperial Instituto dos surdos-mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 26 de setembro de 1887, e, em sua didática, adotou modelos de aprendizagem com o uso da língua brasileira de sinais (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

O Instituto, inicialmente, usava a língua de sinais, mas, em 1911, adotou o oralismo puro, segundo a determinação do Congresso Internacional de Surdos-mudos de Milão. Nessa época, presidia o Instituto o Dr. Menezes Vieira, homem rigoroso que defendia a linguagem oral para surdos (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

O filho de Thomas Gallaudet, Edward Gallaudet, fundou, em 1864, a primeira universidade nacional para surdos, localizada em Washington. Assim, realizou o desejo de seu pai, Thomas Gallaudet (1837-1917) (MOURA, LODI, HARRISON, 1997). O ex-aluno do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Flausino José da Gama, publicou, em 1875, o primeiro dicionário de língua de sinais do Brasil, intitulado 'Iconografia dos Signaes dos Surdos-mudos', que trouxe grandes progressos para a educação dos surdos da época (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

Em 1880, realizou-se o Congresso Internacional de Surdos-mudos em Milão-Itália, onde foi proibido, a partir dessa data, o uso da língua de sinais e foi adotado o método oral para educar surdos. Nesse congresso, os participantes surdos não tiveram o direito de votar. Isso causou grande insatisfação e retrocesso para a comunidade surda do mundo. A partir daí, todas as escolas adotaram o oralismo puro como meio de educação de surdos (ROCHA, 2007).

Em 1957, por meio do decreto imperial - Lei 3.198 de 06 de julho, o 'Imperial Instituto dos Surdos-mudos' passou a se chamar 'Instituto Nacional de Educação de Surdos' - INES. Nessa época, assumiu a direção do instituto a Senhora Ana Rímoli de Faria Dória, que proibiu que a língua de sinais fosse usada em salas de aula ou em qualquer outra repartição do Instituto (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) foi fundada no ano de 1977. Era composta de pessoas ouvintes que se



preocupavam com a educação, a socialização e as causas da surdez (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

Em 1994, foi fundada a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) no estado de São Paulo – SP – Brasil. Nesse mesmo ano, também aconteceu um movimento conhecido como ‘Marcha, surdo, Venceremos!’, que deu grande visibilidade à comunidade surda. Nessa marcha, os surdos puderam reivindicar direitos, como o reconhecimento oficial da língua brasileira de sinais, educação em libras e provimentos de intérpretes em espaços públicos (FAZER CITAÇÃO INDIRETA, ANO).

Dez anos depois da fundação da FENEIDA, foi fundada a Federação Nacional de Educação dos Surdos (FENEIS), no Rio de Janeiro – Brasil – que reestruturou a antiga FINEIDA. No dia 08 de janeiro de 1993, a FINEIS conquistou sua própria sede no Rio de Janeiro (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

No ano de 1997, aconteceu um grande evento, que possibilitou que a comunidade surda tivesse acesso à exibição de legenda na televisão (*Closed Caption*), que foi iniciado, pela primeira vez, no Brasil, na emissora Rede Globo, no Jornal Nacional, em setembro do referente ano (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

Em 24 de abril de 2005, foi sancionada a Lei 10.436, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e dá outras providências (BRASIL, 2019). Em 22 de dezembro de 2005, foram vigorados o decreto 5.626, que regulamentou a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de dezembro de 2000 (BRASIL, 2019d).

Em 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina ofereceu 500 vagas para Licenciatura em LIBRAS (EAD), distribuídas em nove polos por todo o Brasil, e em 2008, a mesma Universidade ofereceu 900 vagas para Licenciatura e Bacharelado, distribuídas em 16 polos espalhados por todo o país. Esse foi um grande avanço e o reconhecimento da Libras (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

No dia 1º de setembro de 2010, entrou em vigor a Lei 12.319, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Libras (BRASIL, 2019), e de 28 de março a 1º de abril do ano de 2010, houve a Conferência Nacional de Educação (CONAE), uma barreira penosa para a comunidade surda, pois, de 11 propostas sugeridas pelos surdos participantes do conselho, apenas três foram aceitas, e isso causou uma grande insatisfação e retrocesso na educação de surdos (CAMPELLO, REZENDE. 2014).



No dia 26 de setembro de 2011, aconteceu um evento muito importante, atualmente conhecido como Dia Nacional do Surdo. Esse episódio proporcionou um grande progresso na educação dos surdos, que fincou lutas e emendas específicas no Plano Nacional de Educação, 2001/2010? (PNE). Esse movimento foi de grande relevância, pois ajudou a comunidade surda a conquistar, em 28 de maio de 2012, na Câmara dos Deputados, a inclusão no PNE e o direito a escolas bilíngues e inclusivas (CAMPELLO, REZENDE. 2014).

Campello e Rezende (2014, p. 88) defendem a política educacional inclusiva quando afirmam que “estamos construindo a nossa política da verdade: as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, segregadoras nem segregacionistas, como tem alardeado tanto o Ministério da Educação”.

Considerando esse pressuposto, nota-se que, no mundo, a história da educação de surdos sempre foi marcada por diversos preconceitos excludentes, por crueldade, sacrifícios penosos, impasses no convívio social e proibições de seus direitos, barreiras que os impediam de evoluir, além de desprezar as identidades e culturas que lhes são peculiares.

2. 1 Inserção da libras no contexto escolar

A educação é um direito que assiste a todas as pessoas que dela necessitam, independentemente de quaisquer diferenças que lhes sejam características e que não podem causar a perda desse direito. Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), o Estado e a família devem proporcionar a todas as pessoas meios para que possam ter acesso ao ensino e à aprendizagem. Também devem lhes garantir o desenvolvimento educacional, no tocante ao aprendizado significativo. O Art. 205 da Constituição Federal Brasileira diz que

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2019a).

Assim, como a educação é um direito de todos, a responsabilidade transcende um campo horizontal, e todos os envolvidos nesse processo devam buscar caminhos que promovam a aquisição do aprendizado significativo, para que todas as pessoas, com suas

peculiaridades, sejam inseridas e ensinadas, aprendendo e participando juntos, sem discriminação, com condições de igualdade e adequando-as ao âmbito educacional.

Enveredando nessa perspectiva, é importante enfatizar que, no contexto escolar, os estudantes com deficiência devem ser tratados com igualdade, e suas diferenças devem ser respeitadas, porquanto eles não precisam se adequar às escolas, mas as escolas é que devem se adequar a eles, possibilitando-lhes acessibilidade e contribuindo para que a inclusão aconteça de fato.

A Legislação brasileira preconiza que o ensino abrace a todos e ofereça um aprendizado de boa qualidade. No capítulo IV da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), consta o seguinte:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2019b).

Esse direito deve ser assegurado pelo Estado, pela família, pela comunidade escolar e por todos os envolvidos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É importante ter em mente que essa garantia se estende a um eixo holístico.

No caso das pessoas com deficiência auditiva, é comum perceber que a maioria das instituições públicas e privadas do Brasil ainda é inadequada para receber essa clientela. Em muitas circunstâncias, esses impasses acontecem porque os profissionais da área educacional não estão qualificados e por causa da falta de vontade ou desinteresse da parte do corpo docente, por não saber como atender ao público surdo.

Sob o ponto de vista clínico, a surdez é considerada uma deficiência, por apresentar um impedimento de longo prazo. Todavia, na concepção socioantropológica, a surdez é uma diferença a ser respeitada, não como uma deficiência, mas como uma característica comum a um grupo de indivíduos pertencentes a uma comunidade, que têm suas peculiaridades e o direito de interagir por meio de sua língua própria, o que é inerente às suas especificidades. Sá diz o seguinte:

Partindo do pressuposto de que a falta eficaz de comunicação na vida de [...] que a dificuldade maior dos surdos está exatamente na aquisição

de uma linguagem que subsidie seu desenvolvimento cognitivo, os estudos que envolvem a condição de pessoa surda são revestidos de fundamental importância e seriedade, visto que a surdez, analisada exclusivamente do ponto de vista do desenvolvimento físico, não é uma deficiência grave, mas a ausência da linguagem, além de criar dificuldades no relacionamento pessoal, acaba por impedir todo o desenvolvimento psicossocial do indivíduo (1999, p. 47).

Nessa perspectiva, entende-se que a dificuldade dos sujeitos surdos se deve à falta de ferramentas que os auxiliem no processo de aquisição da linguagem. Não existem barreiras que impeçam os surdos de se desenvolverem, mas lacunas que perpassam o paradigma educacional. O sujeito surdo consegue alcançar seus objetivos, quando lhes é oferecido canais de mediação.

Alguns surdos acabam sendo afetados em seu aprendizado e rotulados de retardados mentais. Porém o que acontece é um impedimento no desenvolvimento psicossocial, e a culpa não é dos indivíduos com perda auditiva, mas de um conjunto de fatores que contribuem para que esse impasse dificulte seu desenvolvimento.

A língua brasileira de sinais – Libras - foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde 24 de abril de 2002. Esse foi um grande progresso para a comunidade surda do Brasil. No entanto, durante esses 16 anos de reconhecimento da Libras, parte do sistema continua debilitado. E como a Lei desempenha um papel primordial para a inserção da Libras em todos os contextos, é preciso ampliar as condições para o exercício da cidadania, a oportunidade de participação plena e condições de igualdades com as demais pessoas do convívio social, como também ferramentas que possam viabilizar um ambiente inclusivo.

Para isso, é oportuno mencionar que o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência auditiva se dá através de desafios que surgem de diversas formas. Esses impasses transcendem o campo educacional, o social e o familiar e dificultam a aquisição da aprendizagem do educando surdo. Mas essas barreiras não podem tirar dos educandos o direito à igualdade, à inclusão e ao exercício da liberdade e de cidadania, como consta na Lei da Inclusão nº 13.146/15 (BRASIL, 2019c).

A Lei nº. 10.436/02 preconiza que os alunos com deficiência auditiva tenham acesso à libras como língua majoritária dessa comunidade no processo educativo, que os alunos pertencentes a esse grupo se sintam de fato incluídos nas escolas e que a língua brasileira de sinais seja um canal de comunicação entre todos os envolvidos em seu

contexto educacional. Para tanto, salienta que a legislação assegure à comunidade surda o direito linguístico de aprender libras como primeira língua, e a língua portuguesa, como sua segunda língua, de preferência, na modalidade escrita. Os surdos também têm direito a intérpretes e a instrutores de Libras e a garantia de atendimento especializado desde a educação infantil, nas salas de aula, como também em salas de recursos em turno contrário ao da escolarização, entre outras garantias.

Tem-se a consciência de que há muito a conquistar e que, devido a todas essas categorizações, que são inerentes aos direitos das pessoas com deficiência auditiva, a educação de surdos vem se fortalecendo. Espera-se que, em um futuro bem próximo, a comunidade surda possa conquistar o ideal esperado e ser incluída na sociedade, não como pessoas que necessitam ser inseridas, mas como integrantes dessa sociedade, porque são dotadas de competências tanto quanto as demais e são capazes de se socializar e de transformar o meio em que estão inseridas, basta que lhes sejam dadas condições que possibilitem essas conquistas.

2.2 O aluno surdo na conjuntura educacional

Como já vimos, grandes foram as barreiras que impediram a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar. “Por muitos e muitos anos os surdos foram atendidos em sua escolarização em instituições filantrópicas: institutos, associações, etc.” (ARAÚJO & FONTE, 2009).

Esses impasses aconteceram devido a vários fatores e impediram o sujeito surdo de se apoderar da linguagem, de sua língua materna ou do português na modalidade escrita, o que fez prevalecer um caráter excludente e preconceituoso que rotulava os surdos como indivíduos fracassados, dignos de pena e retardados mentais. No entanto, no decorrer da história, foram conquistando espaços, mostrando suas capacidades e enveredando nos campos epistemológicos, interagindo/socializando por meio da língua brasileira de sinais.

A preocupação consiste em não permitir que a filosofia segregacionista permeie a educação vigente. É preciso entender que as salas de aula dos dias atuais são heterogêneas, e a escola deve vivenciar as diferenças, não com atitudes segregacionistas, mas respeitando e buscando mecanismos que possibilitem um aprendizado igualitário,

em que a inclusão seja o marco, e o sistema educacional enfatize a ideia de concepção do multiculturalismo e o respeito à identidade da comunidade surda. A escolaridade *guetificada* tem sido defendida, pautada em cultura, em língua e em comunidade próprias para as pessoas com surdez e que essa posição se baseia em teorias que estão camuflando a visão segregacionista em nome das diferenças (DAMÁZIO, 2005, p.13).

Em relação à heterogeneidade, entendemos que vivemos em uma sociedade com ideias, em algumas dimensões sociais, ainda de natureza primitiva, por não haver transformações nas escolas vigentes sobre a inclusão. Porém podemos transformar nossas metodologias e as práticas adotadas em sala de aula para abraçar toda a clientela inserida no espaço, sobretudo, os surdos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) assegura que tanto as escolas quanto os professores devem se adequar às condições dos educandos, para que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenham atendimentos especializados, adequados para todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2019b).

Nesse sentido, os surdos pertencentes a essa comunidade têm o direito de estar inseridos na rede regular de ensino, como agentes participativos, e possam, juntos com os demais, transformar o espaço onde estão inseridos. Para tanto, a escola, junto com o corpo docente especializado, deve buscar caminhos que ajudem os alunos surdos a terem uma aprendizagem significativa.

Segundo Silva (2003, p. 32), a integração escolar tem como principal escopo desencadear a inclusão e a interação entre todos os envolvidos e inserir os alunos com deficiência no ensino regular. Nesse sentido, a escola se organiza de forma que os alunos se sintam seguros e que suas peculiaridades não impeçam de galgar os mais altos patamares do conhecimento científico.

Embasado nesse contexto, vale ressaltar que existirão dificuldades, mas a escola precisa se adequar às especificidades da comunidade surda, de tal forma que as adaptações façam jus às suas peculiaridades. Tavares e Carvalho (2010) defendem que,

[...] em nosso país, entre os documentos que compõem o conjunto de leis denominado Políticas Públicas e sua implementação, há um grande fosso. Com as políticas públicas educacionais na área de educação de Surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade

na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno Surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno Surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área (2010, p. 3-4).

Segundo Spennassato (2009), a maioria das escolas está despreparada no que se refere aos assuntos inerentes à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e, com ênfase, os alunos surdos. A falta de salas adequadas, de material pedagógico indispensável às suas peculiaridades, de recursos visuais, de profissionais especializados para atenderem à clientela em questão e de tradutores e intérpretes da libras proficientes na língua majoritária da comunidade surda do Brasil são os impasses com que se defrontam as escolas até os dias atuais.

Partindo desses pressupostos, percebem-se os desafios que os profissionais da educação do ensino regular enfrentam para mediar um ensino de boa qualidade e desencadear a construção de um aprendizado significativo para os discentes envolvidos na rede. Vale enfatizar que essas barreiras enfrentadas por esses profissionais se devem a um conjunto de fatores inerentes ao sistema educacional. A categorização desses impasses transporta o ideal esperado pelo sistema para um plano mítico dos fatos que transcendem a educação vigente.

3 O PAPEL DO PROFESSOR NA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO SURDO

A inclusão acontece quando o lugar está apto a atender a toda a clientela a possibilidade de participar, plena e efetivamente, respeitando suas características. Isso exige da escola uma nova reestruturação, formação para os professores e uma nova abordagem das concepções pedagógicas e metodológicas, com o intuito de beneficiar a todos os envolvidos nesse contexto. Luria (1990, p. 23) assinala que,

[...] na criança em desenvolvimento, as primeiras relações sociais e as primeiras exposições a um sistema linguístico (de significado especial) determinam as formas de sua atividade mental. Todos esses fatores ambientais são decisivos para o desenvolvimento sócio histórico da consciência. [...] Assim são criados novos problemas, novos modos de

comportamento, novos métodos de captar informações e novos sistemas de refletir a realidade.

Nessa perspectiva, grandes são os desafios enfrentados para que a inclusão de alunos surdos aconteça de forma satisfatória no contexto escolar, pois a diferença linguística apresenta-se com suas peculiaridades e parece não acontecer de forma simples. Isso resulta em descontentamentos, e a aprendizagem significativa não se concretiza, deixando lacunas que perpassam o ensino regular vigente. Os confrontos existem, e a comunicação, na maioria das vezes, não acontece entre o professor e o aluno surdo, o qual, em muitas circunstâncias, é visto somente como mais um na sala.

Damázio (2007, p. 21) enfatiza que é de grande relevância que os profissionais da educação busquem esclarecimentos acerca das especificidades dos alunos surdos, e que esses alunos se sintam incluídos no contexto de aprendizagem. Porém, para que isso aconteça, é imprescindível que o aluno seja apoiado na aquisição da aprendizagem através da libras.

Silva, em uma de suas colocações, menciona o conflito existente no âmbito escolar sobre o currículo em uma perspectiva inclusiva:

No currículo há o conflito na compreensão do papel da escola, em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico. É preciso assumir em uma perspectiva sociolinguística e antropológica na educação dos surdos dentro da instituição escolar, considerando a condição bilíngue do aluno surdo (SILVA, 2001, p. 21).

Neste sentido, vale enfatizar que tanto a escola quanto os professores têm um papel primordial nessa conjuntura. Por isso, espera-se que, juntos, possam encontrar meios e mecanismos que os satisfaçam em relação às suas necessidades educacionais especiais.

Assim, os sujeitos surdos devem estar inseridos em ambientes que possibilitem a aquisição das duas línguas - a libras, como a primeira língua, e o português, como segunda língua, preferencialmente, na modalidade escrita. Porém é interessante que o professor não tome o português em sua norma padrão para avaliar, por exemplo, a escrita de um aluno surdo.

Isso requer mecanismos que possibilitem o aprendizado de alunos surdos. Carvalho (2010) preconiza e nos aponta a seguinte questão sobre o empoderamento dos professores nas abordagens mencionadas.

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar (CARVALHO, 2010, p. 161).

Os professores têm um papel imprescindível, pois é por meio deles que o conhecimento é medido. Para isso, é necessário que esses profissionais procurem se aprimorar no ensino e na aprendizagem, para que possam perceber as dificuldades enfrentadas pelos surdos e, partindo desse pressuposto, procurem meios para eliminar esses impasses que perpassam o contexto educacional e inviabilizam a aprendizagem dos surdos a contento. Nesse caso,

[...] as adaptações curriculares para a educação dos surdos constituem a forma mais adequada de atender suas necessidades educativas. Não se trata de elaborar um programa paralelo, mas de ajustar a programação regular adotada para os demais alunos, uma vez que a maioria dos surdos pode beneficiar-se de um currículo regular (BRASIL, 1997e, p.32).

Diante do pressuposto, é importante enfatizar que a elaboração do currículo não deve ter caráter segregacionista. A criança com deficiência auditiva tem a capacidade cognitiva de aprender os conteúdos como os alunos não surdos e podem se desenvolver em todos os aspectos de formação do sujeito, sem tratamento excepcional, basta que lhes sejam dadas condições para que isso aconteça.

4 REFLETINDO SOBRE OS ACHADOS DISCURSIVOS

Desde a antiguidade, que a educação de surdos vem passando por transformações, e grandes mudanças têm ocorrido no decorrer da história. A trajetória de vida da comunidade surda é marcada por lutas penosas, processos de exclusão e de proibições de direitos, conquistas, progressos, retrocessos e lutas por seus direitos, e isso resultou em mudanças que, gradativamente, foram favorecendo a comunidade surda em relação à aquisição do conhecimento e ao ingresso no meio socioeducacional.

Nesse contexto, a sociedade vigente precisa acompanhar todos os avanços que perpassam a educação do Século XXI. Devido aos muitos impasses enfrentados nos dias

atuais, é de grande relevância que o sistema educacional tenha um olhar holístico do campo do ensino e da aprendizagem para a pessoa com deficiência auditiva.

Partindo desse pressuposto, grandes eventos aconteceram, e importantes foram as conquistas significativas para a comunidade surda, que aconteceram, principalmente, por causa das pelas garantias fundamentadas nas legislações vigente no tocante à inclusão do sujeito surdo no ensino regular. A constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial garantem o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesse sentido,

[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001c, p.19)

Partindo dessa conjuntura, percebe-se que as escolas, junto com os seus sistemas de ensino, têm se empenhado em assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais sua ingressão no âmbito escolar. Entretanto, é notório que muitas escolas das redes pública e privada ainda não se adequaram para receber o público com necessidades educacionais especiais. E como seus sistemas gerais não estão preparados, deixam de oferecer educação de boa qualidade, devido às barreiras enfrentadas na construção do aprendizado significativo do alunado surdo, devido à falta de professores qualificados para mediar o conhecimento em libras.

Assim, a educação de surdos ainda se encontra defasada, devido às dificuldades com que os profissionais da educação se defrontam, e nos espaços escolares, predomina um caráter segregacionista. Os alunos surdos sentem-se excluídos por não adquirirem sua língua, por não interagir na sala de aula com todos os envolvidos, por não terem a língua portuguesa como segunda língua e por causa das lacunas deixadas pelo sistema, que insiste em uma metodologia tradicional e desconstrutiva.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda é um grande desafio para as escolas, embora o ensino na rede regular seja legalmente defendido por lei. Devido aos esforços para conviver com as diferenças e à busca por situações que possibilitem a mediação do ensino de boa qualidade, essa relação não é necessariamente

satisfatória, e uma série de condições de que esses alunos necessitam parecem ser negligenciadas pelas escolas do Brasil (LACERDA, 2006).

As dificuldades se configuram, por vezes, devido à falta de preparo dos profissionais da educação no tocante à Libras e de conhecimento a respeito da identidade, da cultura e da comunicação dos sujeitos surdos, como também a não busca pelo conhecimento epistêmico, inerente à língua da comunidade surda e suas peculiaridades. Os profissionais alegam que, mesmo recebendo informações a respeito da inclusão da pessoa com deficiência e sua importância no âmbito escolar, eles estão despreparados para atuarem com esse alunado. Nessa configuração, González diz:

A ansiedade e a rejeição que muitos professores manifestam diante da integração, em aulas de alunos com necessidades educacionais educativas especiais, estão estreitamente relacionadas, na maioria das vezes, com a falta de preparo e informação e com a inexistência de experiência (2002, p. 245).

Com base no que foi enunciado por González, percebe-se que os desafios enfrentados pelos professores trazem consequências irreparáveis para os alunos que necessitam ser incluídos, desencadeiam retrocessos e retardam o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comunicativo.

Sobre a formação de professores com ênfase no ensino nas séries iniciais na perspectiva de educação inclusiva, González (2002) diz que é

[...] necessário desenvolver processos de formação inicial, que sejam capazes de contribuir para que os professores se formem como pessoas, que cheguem a compreender a sua responsabilidade no desenvolvimento da escola como instituição e adquiram uma atitude reflexiva acerca de seu ensino (p. 247).

Nessa perspectiva, a formação inicial desses profissionais deve acontecer como a primeira etapa em seu processo de formação e de desenvolvimento profissional, que os empoderarão em relação a um conhecimento básico e sólido, para que sejam profissionais capazes de mediar o conhecimento para um público diversificado, promovendo-lhes a aprendizagem de acordo com suas peculiaridades e as competências mínimas necessárias às suas condições construtivas.

É comum constatar a omissão das escolas no que diz respeito à inclusão do aluno surdo. Segundo Machado (2008, p. 79),



[...] o descaso das políticas de integração/inclusão e da escola com o fracasso escolar dos grupos não reconhecidos em nossa sociedade demonstra que a instituição escolar geralmente está voltada para a manutenção e fortalecimento da cultura dominante.

Os sistemas de ensino regular têm que criar políticas educacionais com um olhar voltado para as singularidades dos alunos e, a partir dessa concepção, viabilizar meios de democratizar o ensino, com ênfase na aceitação das diferenças, empregando metodologias que transcendam um eixo inclusivo e interativo, oferecendo subsídios que possam favorecer os surdos com suas necessidades de aprendizagem. Tais contribuições contribuirão para o sucesso de sua formação como sujeito integrante de uma sociedade, para que possam interagir e apresentar sua cultura e sua identidade.

Nessa perspectiva, surgirão sujeitos participativos, construtores do aprendizado significativo, que é indispensável às suas condições e especificidades, e formadores de opinião, integrados em um sistema democrático e inclusivo, por meio de uma educação inclusiva.

Para isso, é necessário incluir os surdos no contexto escolar e social e valorizá-los. É preciso ter em mente que os surdos são sujeitos tão capazes quanto os demais indivíduos, basta que existam, nos espaços onde estão inseridos, oportunidades, estímulo e condições para que possam, por meio da observação, adquirir informações para experimentar, investigar, interpretar e, por fim, mostrar resultados satisfatórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento epistemológico dos seus educandos, que se configura por meio de diversos métodos de ensino, com o intuito de desencadear nos discentes a interação e a integração das categorizações epistemológicas, porque, nos dias atuais, o conhecimento aguçado é uma porta para o saber. Tendo em vista as realidades com que o professor se defronta, isso é complexo para que possa auxiliar os alunos, com suas peculiaridades, e cumprir seu papel em meio às diferentes realidades em que os discentes estão inseridos.

Assim, considerando que a especialização dos profissionais poderá contribuir para que os discentes tenham uma aprendizagem significativa e que a pesquisa teve como principal fonte teórica a metodologia de ensino/aprendizagem expressiva, considera-se



de extrema relevância este trabalho, cujo principal objetivo foi o de oferecer aos discentes surdos ferramentas que promovam sua interação no processo educacional, na perspectiva de que possam assimilar com mais facilidade os conteúdos abordados e lidar com os recursos metodológicos como ferramenta construtora do conhecimento. Os alunos surdos precisam desenvolver seus conhecimentos e sua percepção a respeito dessa assimilação.

Todos os meios são relevantes, quando são usados com o objetivo de auxiliar os discentes a adquirirem conhecimentos. Mas, para que o aprendizado seja significativo, são necessários profissionais capacitados. Só assim, é possível um exercício aprimorado e eficaz da Libras.

Com base nas informações contidas neste trabalho, da metodologia aos resultados, pode-se legitimar que esta pesquisa poderá contribuir para melhorar o ensino e a aprendizagem do sujeito surdo, com suas especificidades, e viabilizar um ensino que contribua para proporcionar um conhecimento epistemológico eficaz e, com base nessa percepção, possam emergir assimilações referentes a um conhecimento aguçado e significativo por meio de uma nova metodologia de ensino.

RESUMEN

Este artículo propone analizar a través de investigaciones bibliográficas en el contexto de la producción del conocimiento sobre: cómo la educación está orientada hacia los sordos en la red regular de enseñanza de Brasil? Con base en las informaciones obtenidas, hubo la constatación de que realmente existen impasses, lagunas y que la educación para sordos en Brasil se encuentra debilitada, apuntando factores impositivos en la construcción de las competencias educativas para los sordos. En contrapartida a estos impasses enfrentados hay búsqueda por una educación inclusiva y de calidad, por los propios sordos en su movimiento de lucha y reivindicación por el derecho de acceso y permanencia a la educación. La inclusión del sujeto sordo en la red regular de enseñanza con sus especificidades puede viabilizar una enseñanza que permee el conocimiento epistemológico eficaz. De este modo, se puede legitimar que esta investigación contribuirá a la mejora del conocimiento de la Lengua Brasileña de Señales y por su enseñanza y aprendizaje.

Palabras-Clave: Libras. Inclusión. Enseñanza y el aprendizaje.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clarissa Martins de e FONTE, Zélia Maria Luna Freire da. *A educação de surdos e a prática pedagógica dos professores ouvintes: possibilidades e limites.*



Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss01_10.pdf. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001a.

BRASIL. *Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002b*.

_____. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000c.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. *A Educação dos surdos*. Brasília: MEC/SEESP. 1997d.

BRASIL. *Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 2005e.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história do movimento surdo brasileiro. *Educar em revista*. Curitiba: Editora UFPR. *Educar em revista*. Edição especial n. 2. P. 71- 92. 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.

CAPOVILLA, Fernando César. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total com o bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*. V. 6, n. 1, p. 99 – 116, 2000.

DAMÁZIO, Mirlene. *Educação escolar de pessoa com surdez: uma proposta inclusiva*. Disponível em: (<file:///C:/Users/Win%207/Downloads/Damazio_MirleneFerreiraMacedo_D%20(2).pdf>). Acesso em: 28 dez. 2018.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência*. São Paulo, Campinas. CADERNOS CEDES, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LURIA, Alexandre Romanovich. *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais sociais*. São Paulo: Icone, 1990.

MOURA, Maria Cecília de; LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn M. R. História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. de C. (Org.). *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997. Cap. 16.

MACHADO, Paulo C. *A Política Educacional de Integração/Inclusão: um olhar do egresso surdo*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; PATERNO, Uéslei. Políticas lingüísticas: o impacto do Decreto 5.626 para os surdos brasileiros. *Espaço: informativo técnico-científico do INES*. Nº 25 (jan/jun 2006) v. Semestral ISSN 0103/7668 1. Rio de Janeiro: INES, 2006.

SÁ, Nídia R. L. *Educação de surdos: a caminho do bilingüismo*. Niterói: EduFF, 1999.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira Malta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



SILVA, Marília da Piedade Marinho. *A construção de sentidos na escrita do aluno surdo*. São Paulo: Plexus, 2001.

SILVA, Rosilene. *A educação escolar do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP*. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253684/1/Silva_RosileneRibeiroda_M.pdf> Acesso em: 28 dez. 2018.

SPENASSATO, Débora. *Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas desenvolvidas por professores de Matemática no ensino médio da EENAV*. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cd_egem/fscommand/CC/CC_60.pdf> Acesso em: 28 dez. 2018.

TAVARES E CARVALHO. Ilda Maria S; Carvalho, Tereza S. Santos de. *Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais: do texto oficial ao contexto)*. Disponível em: <[http://files.portaldossurdos.webnode.pt/200002512-60e6762d9c/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-LIBRAS-\(LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS\).pdf](http://files.portaldossurdos.webnode.pt/200002512-60e6762d9c/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-LIBRAS-(LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS).pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.